



**BANCO DA AMAZÔNIA**

Movimentando a Amazônia. E a sua vida.

**PLANO DE APLICAÇÃO  
DOS RECURSOS PARA 2010**

**ESTADO DO MARANHÃO**

## **DIRETORIA EXECUTIVA**

ABIDIAS JOSÉ DE SOUSA JÚNIOR  
**Presidente**

ANTÔNIO CARLOS DE LIMA BORGES  
**Diretor de Infraestrutura do Negócio**

EDUARDO JOSÉ LIMA CUNHA  
**Diretor de Análise e Reestruturação**

EVANDRO BESSA DE LIMA FILHO  
**Diretor de Controle e Risco**

GILVANDRO NEGRÃO SILVA  
**Diretor Comercial e de Distribuição**

# SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO .....	5
1. AMAZÔNIA: CARACTERÍSTICAS, OPORTUNIDADES E DESAFIOS .....	6
2. MEIO AMBIENTE: POLÍTICA SOCIOAMBIENTAL E EMPREENDEDORISMO CONSCIENTE .....	8
3. BANCO DA AMAZÔNIA: POLÍTICAS E ESTRATÉGIAS PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL .....	11
4. ESTADO DO MARANHÃO: PERFIL GEOECONÔMICO E PRIORIDADES ECONÔMICAS .....	17
5. RECURSOS FINANCEIROS: INSTRUMENTOS ECONÔMICO-FINANCEIROS E PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA .....	37
6. RESULTADOS ESPERADOS: RESULTADOS QUALITATIVOS E QUANTITATIVOS .....	40
ANEXOS .....	43
<i>ANEXO I - INSTITUIÇÕES PARTICIPANTES DO ENCONTRO ESTADUAL DE PLANEJAMENTO PARA A APLICAÇÃO DOS RECURSOS PARA 2010 .....</i>	<i>44</i>

## APRESENTAÇÃO

Este **Plano de Aplicação dos Recursos para 2010** é produto do Encontro Estadual de Planejamento para a Aplicação dos Recursos operacionalizados pelo Banco da Amazônia, realizado no dia 23 de julho de 2009, no auditório da Superintendência Regional do Banco da Amazônia, em São Luís (MA), o qual foi organizado e coordenado pelo Banco da Amazônia e contou com a efetiva participação dos agentes públicos e privados que atuam na economia do Estado, refletindo a sinergia e o compromisso interinstitucional com a questão do desenvolvimento regional em bases sustentáveis.

Referido Plano foi concebido com a finalidade de ser uma importante ferramenta orientadora da atuação do Banco da Amazônia no Estado e encontra-se estruturado em seis capítulos que tratam das características, oportunidades e desafios da Região; do meio ambiente inserido à política socioambiental do Banco da Amazônia e ao empreendedorismo consciente; das políticas e estratégias do Banco da Amazônia para o desenvolvimento regional sustentável; do perfil geoeconômico e prioridades econômicas do Estado; da programação financeira a ser executada e dos resultados socioeconômicos esperados com a aplicação dos recursos.

O Banco da Amazônia tem consciência de que o desenvolvimento regional perpassa, fundamentalmente, pela formulação de estratégias que estejam alinhadas ao novo modelo de desenvolvimento baseado em negócios sustentáveis, que atendam às necessidades de sobrevivência no presente e que assegurem, também, qualidade de vida às gerações futuras. Sob essa perspectiva, vem reorientando suas ações para apoiar empreendimentos inseridos em arranjos produtivos locais, aglomerados econômicos e projetos sustentáveis, de modo a valorizar as potencialidades locais e, ao mesmo tempo, promover a melhoria da qualidade de vida da população, a inclusão social e a redução das desigualdades intra e inter-regionais.

Assim, esperamos com este Plano dar mais um passo no aperfeiçoamento da política de alocação de recursos do Banco da Amazônia, priorizando a oferta de crédito para empreendimentos que estejam devidamente alinhados ao novo padrão de financiamento preconizado pela Instituição para que a Região Amazônica possa atingir patamares mais elevados de desenvolvimento sustentável.

Aos parceiros que atenderam ao nosso convite para contribuir nesta iniciativa de trabalho participativo em benefício do conjunto da sociedade local, em nome da Diretoria Executiva do Banco da Amazônia e de seus empregados, externo a nossa gratidão e conclamamos a todos para que juntos possamos estar realizando o melhor possível visando o desenvolvimento do Estado, da Amazônia e do nosso País.

**ABIDIAS JOSÉ DE SOUSA JUNIOR**  
Presidente do Banco da Amazônia

# 1. AMAZÔNIA: CARACTERÍSTICAS, OPORTUNIDADES E DESAFIOS

## 1.1. CARACTERÍSTICAS

A Região Amazônica possui uma extensão territorial de 5.088.668,5 Km<sup>2</sup>, correspondente a 60% do território nacional, sendo composta por 9 Estados (Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins). Sua população atual é de aproximadamente 23,6 milhões habitantes com densidade demográfica de 4,6 hab/Km<sup>2</sup>, sendo que mais de 60% residem em áreas urbanas. O Produto Interno Bruto (PIB) da Amazônia é de R\$ 162,4 bilhões, equivalente a 7% do PIB nacional.



## 1.2. OPORTUNIDADES

A importância estratégica da Amazônia no cenário internacional aponta para o surgimento de novas oportunidades de desenvolvimento sustentável para a Região destacando:

- A existência de um patrimônio natural com uma imensa riqueza biológica, consistindo em um sistema integrado pela continuidade da floresta que, juntamente com a sua grande bacia hidrográfica, unifica vários subsistemas ecológicos;

- A floresta amazônica (que congrega 1/3 das florestas tropicais úmidas do mundo) reúne a maior reserva mundial de biodiversidade, 3,5 milhões de hectares de floresta virgem, 750 espécies diferentes de árvores e o maior banco genético do Planeta;
- A condição natural de uma das mais importantes províncias minerais da Terra, com perspectivas de diversificação, a curto e médio prazo, da industrialização do setor, além da extração de petróleo e gás em seu território;
- O elevado potencial hidrelétrico que possibilita não somente o abastecimento interno de energia, mas também a exportação energética para outras regiões do País;
- A disponibilização de extraordinária fonte pesqueira, existindo em suas águas mais de 1.500 espécies diferentes de peixes, além de crustáceos como o camarão e o caranguejo, este último encontrado nos manguezais; e
- O desenvolvimento do agronegócio regional envolvendo produtos madeireiros, carnes, pescado, grãos, óleos, frutas, indústria moveleira, indústria florestal não madeireira, siderurgia, metalurgia, indústria convencional (especialmente o segmento eletro-eletrônico), turismo, artesanato indígena e beneficiamento de produtos florestais.

### 1.3. DESAFIOS

A transformação das imensas possibilidades que a Amazônia dispõe em reais oportunidades de negócios sustentáveis depende, fundamentalmente, da capacidade dos agentes públicos e privados que atuam no processo de desenvolvimento regional construir arranjos institucionais fortes e capazes de mobilizar sinergias visando à superação dos desafios inerentes a uma região com as características e complexidades da Amazônia. Entre as ações necessárias para a superação desses desafios estão:

- A implantação de uma infraestrutura econômica capaz de facilitar o armazenamento, o escoamento e a comercialização da produção;
- A promoção do ordenamento territorial mediante a regularização fundiária, a proteção dos ecossistemas, os direitos das populações tradicionais e a melhor destinação das terras para a exploração produtiva;
- A elevação do nível de organização e o fortalecimento das micro e pequenas empresas;
- A melhoria dos serviços de assistência técnica e extensão rural prestados aos produtores da Região; e
- A capacitação tecnológica dos setores produtivos tradicionais da Região, de forma a propiciar adequada inserção comercial, a introdução de novos empreendimentos baseados em conhecimento técnico-científico avançado, em especial com relação ao uso sustentável da floresta, e outras ações que permitam a agregação de valor aos produtos regionais.

## 2. MEIO AMBIENTE: POLÍTICA SOCIOAMBIENTAL E EMPREENDEDORISMO CONSCIENTE

### 2.1. POLÍTICA SOCIOAMBIENTAL

Visando o aproveitamento das oportunidades de desenvolvimento sustentável na Amazônia com a geração de benefícios socioeconômicos que sejam internalizados em prol das populações locais, torna-se premente a adoção de um novo padrão de financiamento que esteja adequado às reais necessidades dos setores produtivos regionais.

Nessa perspectiva, a Política Socioambiental do Banco da Amazônia busca incorporar os componentes de sustentabilidade econômica, ambiental e social em todo o espectro de sua atuação, objetivando promover a solidificação de arranjos produtivos locais inovadores, inseridos em projetos alinhados aos pressupostos do desenvolvimento sustentável e articulados aos fluxos dos mercados nacionais e internacionais.

Trata-se de um modelo de financiamento que tem como foco o empreendedorismo consciente e o atendimento integral das necessidades do cliente, construindo um relacionamento bancário estreito e uma parceria fortalecida para o aproveitamento do meio ambiente como oportunidade para viabilização de negócios com sustentabilidade.

A gestão desse novo modelo de financiamento tem como pressuposto básico a concertação tripartite do ambiente no qual estão inseridas as atividades produtivas de cada Estado. Isto significa que os agentes que atuam no processo de desenvolvimento regional (governo, iniciativa privada e sociedade civil organizada) devem caminhar na mesma direção e articuladamente, de maneira a potencializar os resultados a serem alcançados e construir um processo de desenvolvimento sinérgico e duradouro.

A Política Socioambiental do Banco da Amazônia compreende critérios de categorização de clientes segundo os conceitos orientadores de indução, salvaguarda e exclusão.

A indução norteará a conduta do Banco da Amazônia frente às atividades econômicas sustentáveis que se deseja tornar a tônica na Região, visando a transição para um modelo de desenvolvimento que desestime práticas produtivas obsoletas e predatórias. Os empreendimentos categorizados sob essa ótica deverão receber tratamento preferencial e diferenciado, tendo em vista suas contribuições ao processo de desenvolvimento regional e efeito demonstrativo incentivador para outros projetos.

As salvaguardas serão instrumentos mobilizados pelo Banco da Amazônia para promover o redirecionamento de práticas produtivas de atividades tradicionais, induzindo à incorporação de tecnologias sustentáveis, cuja evolução deverá ser periodicamente acompanhada. Ao atuar em atividades estratégicas, espera-se expandir a influência de adoção de práticas sustentáveis para um grande leque de atividades.

O Banco da Amazônia, mediante a exclusão na concessão de financiamentos, não apoiará atividades econômicas baseadas em práticas que contradizem os princípios e valores da Instituição, bem como aquelas que sejam objeto de restrições na legislação vigente.

## **2.2. EMPREENDEDORISMO CONSCIENTE**

No limiar do século XXI, a variável ambiental ganhou status de geradora de produtos e serviços, assumindo condição estratégica e indispensável para a conquista de novos mercados, considerando as exigências da sociedade moderna pelo consumo de produtos gerados em processos e sistemas de produção sustentáveis.

Sob essa ótica, a sociedade do século XXI vem experimentando profundas modificações comportamentais. No campo econômico, a crescente preocupação socioambiental revela-se uma extraordinária mudança no paradigma capitalista onde as empresas não podem ter o lucro como única preocupação e objetivo, a responsabilidade social e o compromisso com a sustentabilidade são considerados cada vez mais determinantes nas decisões dos consumidores, dos governos e de toda a sociedade organizada.

Essas mudanças tendem a se tornar ainda mais dinâmicas num mundo globalizado visto que os segmentos empresariais buscam incessantemente novas estratégias de venda para conquistar os consumidores cada vez mais exigentes, principalmente na área de alimentos, e as empresas exportadoras, igualmente, são desafiadas para romper as barreiras de ordem ambiental impostas pelos maiores mercados.

Embora no comércio internacional a questão ambiental venha sendo debatida desde a década de 1970, somente no final da década de 1990 é que tais mudanças se tornaram mais perceptíveis, quando os países mais desenvolvidos começaram a estabelecer restrições para acesso aos seus mercados através de medidas sanitárias, rastreabilidade do produto, rotulagem ambiental ou por meio de certificação do produto, a exemplo da madeira e também pela ocorrência de altas concentrações de agrotóxicos e antibióticos em alimentos.

Referida conjuntura impõe ao setor produtivo assumir uma postura de aliado do meio ambiente a partir da utilização de processos produtivos que incorporem tecnologias ambientalmente limpas com vistas a conservar os recursos naturais e preservar a saúde dos consumidores sem perder de vista a rentabilidade dos negócios como meio de garantir a permanência das empresas no mercado e conquista de outros.

Por outro lado, esta nova ordem econômica, na medida em que implica na adoção de processos ambientalmente sustentáveis, exige a implantação de sistemas de gestão ambiental nas empresas e/ou propriedades induzindo a abertura de espaços para novos serviços e conseqüentemente mais oportunidades de emprego.

Importante registrar, apesar de todo aspecto de reputabilidade e imagem que os negócios ambientais agregam à moderna empresa, o novo paradigma é fruto, também, da constatação de que a incorporação da sustentabilidade como estratégia de gestão das empresas representa maior eficiência e produtividade. A propagada dualidade entre produção e respeito ao meio ambiente vem sistematicamente perdendo a força, em decorrência da existência cada vez maior de exemplos práticos de negócios sustentáveis.

A poluição é antes de tudo uma ineficiência, ou seja, os resíduos decorrentes do processo produtivo são derivados do não aproveitamento completo do insumo utilizado, ou de suas propriedades, representando um elevado custo agregado ao preço final dos produtos, em função dos processos de destinação final e tratamento. Dessa forma, novos processos produtivos, mais racionais em uso de recursos naturais, bem como a reutilização de resíduos para outras atividades, representam uma maior eficiência no uso dos insumos resultando em maior produtividade para a atividade econômica.

Isto significa que essa nova dinâmica produtiva consolida a mudança de paradigma indo além da transformação resultante dos aspectos mercadológicos que a imagem de empresa socioambiental responsável pode agregar. Trata-se de uma nova economia baseada em negócios sustentáveis e competitivos.

No caso particular da Amazônia, a importância da economia em bases sustentáveis cresce exponencialmente, considerando, sobretudo, sua condição de principal reserva de biodiversidade e de água da Terra, bem como ser uma das maiores detentoras de recursos naturais do Planeta. Se do ponto de vista ambiental residem na Amazônia as principais esperanças de equilíbrio do sistema global, principalmente no que se refere às mudanças climáticas, do ponto de vista econômico a Região tem sido alvo da cobiça internacional, dado ao imensurável estoque de riquezas que abriga.

Nessa perspectiva, a Amazônia assume uma importância estratégica que a torna foco das atenções mundiais, inclusive no que se refere ao debate cada vez mais recorrente sobre sua internacionalização. Assim, desenvolver a Amazônia em bases mais sustentáveis, por meio da transformação do atual modelo de desenvolvimento econômico baseado na economia tradicional, representa a melhor resposta aos defensores da sua internacionalização, mostrando claramente que a sociedade brasileira é suficientemente responsável e madura para ser a guardiã da Região.

### 3. BANCO DA AMAZÔNIA: POLÍTICAS E ESTRATÉGIAS PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL

#### 3.1. ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS DO BANCO DA AMAZÔNIA

Imbuído da Missão de “ *criar soluções para que a Amazônia atinja patamares inéditos de desenvolvimento sustentável a partir do empreendedorismo consciente*” o Banco da Amazônia atua com a Visão Estratégica de que, até 2012, todos os clientes, colaboradores, fornecedores, parceiros, a sociedade como um todo, os governos e os acionistas estejam satisfeitos e orgulhosos com os resultados quantitativos e qualitativos do Banco da Amazônia e que a Instituição seja referência em desenvolvimento sustentável na Região Amazônica e parceiro essencial de organizações do País e do Mundo que queiram participar deste empreendimento.

A atuação do Banco da Amazônia é pautada na observância dos seguintes Princípios:

- Aplicação rigorosa da ética, definida como escolha para o bem comum;
- Busca da excelência em todas as suas ações;
- Fundamentação das suas ações na criatividade e imaginação;
- Busca e criação incessante de novos conhecimentos para criar soluções cada vez melhores;
- Um “ fazer acontecer” caracterizado por ousadia e coragem, capaz de induzir grandes mudanças e transformações;
- Total transparência em todos os seus atos, como fundamento para relações de confiança;
- Busca de harmonia e o respeito ao ser humano, em toda sua diversidade, culturas e expressões;
- Fomento à participação responsável no desenvolvimento da Região Amazônica baseada no diálogo, consenso e gestão compartilhada;
- Assegurar uma cultura essencialmente empreendedora na Organização, garantindo agilidade e eficácia no atendimento; e
- Busca da excelência pelo investimento contínuo na formação profissional e humana.

### 3.2. OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DO BANCO DA AMAZÔNIA

Os objetivos estratégicos do Banco da Amazônia são expressos através de sete Desafios:

- **Indução** – Consolidar um papel relevante na definição e implementação de políticas de desenvolvimento sustentável na Amazônia;
- **Fortalecimento** – Fortalecer o Banco da Amazônia como instituição financeira voltada para o desenvolvimento sustentável da Região Amazônica;
- **Foco no Cliente** – Orientar a ação do Banco da Amazônia para satisfazer as necessidades do cliente, em especial aqueles empenhados em adotar práticas de desenvolvimento sustentável em seus negócios;
- **Gestão** – Consolidar o novo Modelo de Gestão aprovado pelo Banco da Amazônia baseado em Gestão Estratégica, Gestão de Processos e Gestão de Projetos;
- **Infraestrutura** – Desenhar e implementar uma estrutura que esteja em função da estratégia da Instituição;
- **Pessoas** – Fomentar o desenvolvimento integral das pessoas como alavanca central para o cumprimento da Missão do Banco da Amazônia; e
- **Rentabilidade** – Alavancar resultados que gerem impacto positivo no desenvolvimento sustentável na Região Amazônica e valor para seus acionistas, clientes e colaboradores.

### 3.3. ALINHAMENTOS ESTRATÉGICOS DO BANCO DA AMAZÔNIA

Visando o alcance dos seus objetivos estratégicos, o Banco da Amazônia alinhou suas estratégias de atuação focando do tradicional para o sustentável, do produto para o cliente e da Matriz para a Rede de Agências.

Através desses alinhamentos estratégicos, o Banco da Amazônia espera obter ganhos de eficiência e produtividade e, conseqüentemente, impacto positivo no seu resultado operacional, decorrentes do monitoramento das despesas e receitas, a partir do melhor aproveitamento da base de clientes, via melhoria do índice de penetração dos produtos.

### 3.4. O BANCO DA AMAZÔNIA COMO AGENTE DAS POLÍTICAS, PLANOS E PROGRAMAS DO GOVERNO FEDERAL PARA A AMAZÔNIA

O Banco da Amazônia, como agente das políticas, planos e programas do Governo Federal para a Amazônia, atua com o compromisso de promover o desenvolvimento econômico e social da Região em bases sustentáveis, valorizando as potencialidades regionais através de ações estratégicas voltadas para a melhoria da qualidade de vida das populações locais e redução das desigualdades intra e inter-regionais.

As ações estratégicas do Banco da Amazônia para o desenvolvimento regional sustentável estão alinhadas às seguintes prioridades do Governo Federal para a Região Amazônica:

**Apoio à Agricultura Familiar** – O Banco da Amazônia tem como prioridade em suas estratégias de ação a concessão de financiamentos às atividades produtivas de menor porte, sobretudo para o segmento da agricultura de base familiar. Com uma política de atuação voltada para o pequeno produtor, valoriza o associativismo de produção e intensifica o seu apoio às populações tradicionais da Região como ribeirinhos, extrativistas, quilombolas, pescadores artesanais e indígenas, entre outros povos da floresta, atendendo também agricultores sem-terra, nos programas oficiais de assentamento, colonização e reforma agrária.

Através do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), o Banco da Amazônia, além de auxiliar a execução da Política Nacional de Reforma Agrária, financiando atividades produtivas na Região, tem contribuído decisivamente para o fortalecimento do segmento no contexto regional. Além disso, tem contribuído com a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) destinando recursos de seu próprio orçamento aos órgãos oficiais prestadores de serviços de assistência técnica e extensão rural nos Estados da Região Norte. É uma parceria pioneira com o Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA) para melhorar os serviços prestados aos mini e pequenos produtores rurais da Região.

**Estímulo às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte** – Em sua ação de fomento para o desenvolvimento regional, o Banco da Amazônia prioriza a concessão de financiamentos às atividades produtivas dos segmentos de microempresas e empresas de pequeno porte. O apoio do Banco da Amazônia a esses segmentos de menor tamanho se dá em consonância com a Lei Geral das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte.

Entre as ações que o Banco da Amazônia vem desenvolvendo no sentido de intensificar seu apoio às microempresas e empresas de pequeno porte destacam-se a participação da Instituição no Fórum Permanente das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, sob a coordenação do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) e a parceria com o SEBRAE Nacional, com quem mantêm convênio de cooperação geral visando desenvolver ações voltadas à ampliação do atendimento e da melhoria do acesso ao crédito pelas micro e pequenas empresas que atuam na Amazônia.

**Incentivo ao Turismo Regional Sustentável** – O setor de turismo representa uma excelente oportunidade para a estruturação de negócios sustentáveis e, principalmente, para o desenvolvimento regional. Para o Banco da Amazônia, que no âmbito de suas atribuições tem o compromisso de contribuir para o desenvolvimento do turismo regional, a alavancagem do setor perpassa, necessariamente, pela construção de um amplo e sólido sistema de alianças institucionais para empreender ações compartilhadas que contribuam significativamente para a dinamização do turismo na Amazônia.

Visando contribuir para o desenvolvimento do turismo sustentável na Região Amazônica, o Banco da Amazônia elaborou, em consonância com o Plano Nacional de Turismo (PNT), o Plano de Incentivo ao Turismo na Amazônia com a percepção de que mesmo a Região possuindo um imenso potencial para o desenvolvimento do turismo existem grandes desafios que podem ser transformados em excelentes oportunidades de negócios capazes de promover o desenvolvimento sustentável do setor.

**Valorização da Cultura Amazônica** – Instituído por meio do Decreto n.º 6.226/07, o Programa Mais Cultura do Governo Federal representa uma iniciativa que tem mobilizado esforços de um conjunto de agentes, como o Ministério da Cultura, os bancos federais e os governos estaduais e municipais, visando garantir mais acesso e condições para que a diversidade cultural brasileira possa se manifestar de forma plena.

Como atua alinhado às políticas, planos e programas do Governo Federal para a Região Amazônica, o Banco da Amazônia lançou o Programa de Ação “ Amazônia Mais Cultura” , cuja proposta é ser uma importante âncora na valorização da cultura amazônica, em consonância com a agenda social do Governo Federal, que tem na cultura um dos eixos prioritários e estratégicos. Por meio do Programa de Ação “ Amazônia Mais Cultura” , o Banco da Amazônia espera prospectar, de forma simples e inovadora, novas oportunidades de negócios sustentáveis no âmbito do setor cultural.

**Apoio ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)** – Implantado pelo Governo Federal, o PAC tem como premissa básica estimular o crescimento do PIB brasileiro e do emprego, com foco na inclusão social e melhoria na distribuição de renda. As ações e metas do PAC estão voltadas, sobretudo, para o investimento em infra-estrutura, o estímulo ao crédito e ao financiamento, à melhoria do ambiente de investimento, à desoneração e administração tributária e às medidas fiscais de longo prazo.

Desde o lançamento do PAC, o Banco da Amazônia tem contribuído com esse esforço do Governo Federal no sentido de retomar a capacidade orientadora do Estado na questão do desenvolvimento brasileiro, especialmente no tocante ao incremento da taxa do investimento público e privado. Os projetos financiados pelo Banco da Amazônia no âmbito do PAC contemplam setores estratégicos da economia regional como transporte, saneamento básico e geração de energia.

**Incentivo à Formação de Arranjos Produtivos Locais** – A estratégia de arranjos produtivos locais incentiva o cooperativismo entre os agentes produtivos e ao mesmo tempo, dada a sua capacidade de congregar elementos de competitividade, permite a montagem de uma rede integrada e sinérgica entre instituições de pesquisa, tecnologia, educação, transportes, crédito, infra-estrutura e produção.

Com essa percepção, o Banco da Amazônia atua como membro do Grupo de Trabalho Permanente para Arranjos Produtivos Locais (GTP/APL), coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) e composto por 33 instituições, o qual é responsável pela implementação da Política Nacional de Arranjos Produtivos Locais. A ação creditícia do Banco da Amazônia contempla o apoio à formação e ao desenvolvimento de 49 arranjos produtivos locais selecionados como prioritários em todos os Estados da Amazônia.

**Participação no Programa Banco para Todos** – O Banco da Amazônia participa, ao lado das demais instituições financeiras públicas federais, do Programa Banco para Todos de iniciativa do Governo Federal. Esse importante programa de inclusão bancária possibilita o acesso aos serviços bancários à população excluída do sistema, especialmente aos trabalhadores informais e aos de baixa renda.

A atuação do Banco da Amazônia no Programa Banco para Todos se dá mediante a concessão de crédito à população de baixa renda, por meio de operações de microcrédito voltadas, principalmente, para a aquisição de bens de consumo e de pequenos equipamentos, como carrinhos de pipoca/cachorro-quente e máquinas de costura.

**Apoio ao Programa de Microcrédito Produtivo Orientado** – Em adesão ao Programa de Microcrédito Produtivo Orientado do Governo Federal, o Banco da Amazônia implantou o Programa “ Amazônia Florescer” , atendendo, dessa forma, o disposto na Lei N.º 11.110, que determina o emprego de metodologia no processo de concessão e acompanhamento do crédito aos microempreendedores que atuam no mercado informal.

O Programa e a metodologia garantem melhor controle de adimplência em razão de não se limitarem à concessão simples do crédito, e sim buscarem aplicar um programa inovador, com uma estratégia de desenvolvimento sustentável para o cliente e com retorno para a instituição supridora dos recursos. O Programa “ Amazônia Florescer” foi concebido para possibilitar o acesso ao crédito aos empreendedores populares da Região Amazônica tendo por filosofia o relacionamento direto e permanente com os empreendedores no próprio local onde é executada a atividade econômica por meio de empréstimos seqüenciais, graduais, sob medida para suas necessidades, com acompanhamento do seu desenvolvimento individual e do negócio.

**Apoio ao Agronegócio Regional** – O apoio ao desenvolvimento do agronegócio regional pelo Banco da Amazônia tem oportunizado a estruturação e a alavancagem de importantes segmentos como o de produtos madeireiros, carnes, pescado, grãos, óleos, frutas, indústria moveleira, indústria florestal não madeireira, siderurgia, metalurgia, indústria convencional (especialmente o segmento eletro-eletrônico), turismo, artesanato indígena e beneficiamento de produtos florestais.

Os investimentos realizados pelo Banco da Amazônia nas atividades da cadeia produtiva do agronegócio regional cobrem um amplo espectro de atores do setor rural amazônico onde se tem apoiado agricultores familiares, extrativistas, pescadores artesanais e empresários agroindustriais de médio e grande porte, permitindo a inserção competitiva nos mercados nacional e internacional. Exemplo disso tem sido o incentivo à produção do biocombustível na Amazônia envolvendo centenas de famílias que estão diversificando a base produtiva rural da Região mediante o aprimoramento da produção do biodiesel.

**Estímulo à Pesca e Aquicultura** – O Banco da Amazônia estimula o incremento da produção pesqueira regional, financiando a aquisição de barcos, motores e apetrechos de pesca aos pescadores artesanais e a construção de tanques e aquisição de alevinos aos empreendedores de aqüicultura, proporcionando-lhes melhores condições de vida, fortalecendo suas colônias, promovendo o aproveitamento racional de recursos naturais, aumentando a oferta de alimentos e melhorando o padrão nutricional da população regional. O apoio a este importante segmento da economia regional se reveste de elevada significância como instrumento de fortalecimento ao Programa “ Fome Zero” do Governo Federal.

## 4. ESTADO DO MARANHÃO: PERFIL GEOECONÔMICO E PRIORIDADES ECONÔMICAS

### 4.1. PERFIL GEOECONÔMICO

O Estado do Maranhão possui uma superfície de 331.983,3 Km<sup>2</sup> (6,4% do território da Região Amazônica) e população de 6.118,9 mil habitantes com densidade demográfica de 18,43 hab/Km<sup>2</sup>, estando localizado na Região Nordeste e tendo parte de seu território na chamada Amazônia Legal. Atualmente, o Estado do Maranhão é composto por 217 municípios, sendo os principais São Luís, Imperatriz, Timon, Açailândia, Balsas e Caxias. Suas fronteiras territoriais são com o Oceano Atlântico e os Estados do Pará, Piauí e Tocantins.

O Produto Interno Bruto (PIB) do Estado do Maranhão é da ordem de R\$ 25,3 bilhões (equivalente a 1,17% do PIB nacional) enquanto o PIB per capita corresponde a R\$ 4,14 mil. O setor mais representativo na composição do PIB estadual é o de comércio e serviços, com participação relativa de 59%.

Por estar localizado em área de transição de ecossistemas, o Estado do Maranhão apresenta uma variedade de climas, solos e vegetação conferindo-lhe opções de aproveitamento de seus recursos naturais. No setor agropecuário do Estado destaca-se a cadeia produtiva de grãos, principalmente a soja e o arroz; na indústria os segmentos mais representativos são o minero - metalúrgico e a construção civil, enquanto no setor terciário o principal destaque é a atividade turística.

Através do Porto de Itaqui circulam os principais produtos exportados e importados pelo Estado. Na pauta de exportação destacam-se o ferro gusa, minério de ferro, manganês, alumínio e a soja. No tocante às importações, os principais produtos são: derivados de petróleo, fertilizantes, trigo e carvão mineral.

### 4.2. PRIORIDADES ECONÔMICAS

O Banco da Amazônia trabalha com o firme propósito de promover o desenvolvimento regional em bases sustentáveis. Nesse sentido, suas estratégias de atuação induzem e apóiam iniciativas empreendedoras que visem a utilização racional das matérias-primas locais que venham contribuir para o aumento do valor agregado e, ao mesmo tempo, considerem o enorme valor intrínseco do ativo ecológico existente na Amazônia, de forma que os recursos naturais da Região sejam aproveitados com sustentabilidade.

Sob essa perspectiva, as prioridades econômicas para financiamento pelo Banco da Amazônia em 2010 no Maranhão estão voltadas para o estímulo aos **Arranjos Produtivos Locais (APL) Selecionados para o Estado**, incentivo aos **Negócios Sustentáveis** e apoio aos **Projetos no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)**.

#### 4.2.1. ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS SELECIONADOS PARA O ESTADO

Para o Estado do Maranhão, foram selecionados os seguintes Arranjos Produtivos Locais para receberem financiamento prioritário pelo Banco da Amazônia: Apicultura, Madeira e Móveis, Turismo, Leite e Derivados e Ovino-Caprinocultura.

A priorização dos APL selecionados não exclui a possibilidade de atendimento, pelo Banco da Amazônia, de outros APL, cadeias produtivas, aglomerados econômicos ou outras formas de organização do setor produtivo, desde que suas atividades sejam pautadas nos princípios do desenvolvimento sustentável.

O Quadro I, a seguir demonstrado, apresenta o diagnóstico situacional dos APL selecionados para o Estado, contemplando a situação atual dos APL e os principais desafios para o seu desenvolvimento.

**Quadro I: Diagnóstico Situacional dos APL Selecionados para o Estado**

APL	Situação Atual do APL	Principais Desafios para o Desenvolvimento do APL
Apicultura	<ul style="list-style-type: none"><li>▪ O APL apresenta elevado potencial, porém encontra-se em estágio de leve estagnação</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>▪ Elevar o nível de qualificação dos produtores</li><li>▪ Aumentar a produtividade</li><li>▪ Certificar o Estado como produtor de mel</li><li>▪ Melhorar os serviços de assistência técnica e extensão rural</li><li>▪ Aperfeiçoar a tecnologia de cultivo e extração do mel</li><li>▪ Reduzir o grau de informalidade no setor</li></ul>

APL	Situação Atual do APL	Principais Desafios para o Desenvolvimento do APL
Madeira e Móveis	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ O APL necessita de mais investimentos</li> <li>▪ Concentra-se, principalmente, nas regiões de Açailândia e Imperatriz</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Facilitar o acesso à madeira certificada</li> <li>▪ Reduzir o desmatamento predatório</li> <li>▪ Diminuir a informalidade no setor</li> </ul>
Turismo	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ O APL apresenta grande potencial dispondo de vários roteiros turísticos</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Fortalecer a integração entre os agentes do trade turístico do Estado</li> <li>▪ Melhorar a infraestrutura turística</li> <li>▪ Elevar a qualificação da mão-de-obra do setor</li> </ul>
Leite e Derivados	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ O APL encontra-se em estágio avançado de desenvolvimento</li> <li>▪ Concentra-se, principalmente, nas regiões de Açailândia e Imperatriz</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Melhorar a infraestrutura logística</li> <li>▪ Ampliar os investimentos em tecnologia</li> </ul>
Ovino-Caprinocultura	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ O APL apresenta elevado potencial</li> <li>▪ Os principais produtores são a região do Alto Munim (Vargem Grande e Presidente Vargas), Codó, Caxias e Baixo Parnaíba (Chapadinha, Brejo e Santa Quitéria)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Melhorar os serviços de ATER</li> <li>▪ Elevar a qualidade do padrão racial do rebanho maranhense</li> </ul>

#### ***4.2.2. OPORTUNIDADES DE NEGÓCIOS SUSTENTÁVEIS NO ESTADO***

Desenvolver a Amazônia de forma sustentável, por meio da transformação do atual modelo de desenvolvimento econômico baseado na economia tradicional, representa o principal desafio dos atores regionais que contribuem no processo de desenvolvimento da Região.

Nesse contexto, o Banco da Amazônia, como agente das políticas, planos e programas do Governo Federal para a Região Amazônica, atua pautado no compromisso de financiar projetos e empreendimentos sustentáveis, que valorizem as potencialidades locais e, ao mesmo tempo, promovam a melhoria da qualidade de vida da população, a inclusão social e a redução das desigualdades intra e inter-regionais.

Assim, para o Estado do Maranhão foram identificadas oportunidades para a realização de negócios sustentáveis no âmbito dos segmentos da agricultura familiar e extrativismo, micro e pequena empresa, turismo, cultura, atividade florestal, indústria, projetos estruturantes, agronegócio e comércio e serviços (v. Quadro II).

Foram mapeadas, ainda, oportunidades de negócios sustentáveis nas áreas jurisdicionadas das agências do Banco da Amazônia localizadas no Estado (v. Quadro III). Essas oportunidades de negócios sustentáveis foram identificadas com base em um conjunto de critérios como: capacidade de geração de emprego e renda, maturidade ou tradição na localidade, possibilidade de induzir ou estruturar novos nichos de mercado, potencialidade para formar cadeias produtivas, sustentabilidade socioambiental, nível de organização dos agentes econômicos envolvidos e consonância com as prioridades dos governos estadual e municipal.

**Quadro II: Oportunidades de Negócios Sustentáveis no Âmbito dos Segmentos Prioritários**

Segmento	Oportunidades para a Realização de Negócios Sustentáveis	Desafios	Ações Desenvolvidas para a Superação dos Desafios	Ações Previstas para Fortalecer o Segmento no Estado
<p>Agricultura Familiar e Extrativismo</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Reestruturação do Sistema Estadual da Agricultura, iniciada com a criação da Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural (SEAGRO), depois da Agência de Defesa Agropecuária (AGED), da Agência Estadual de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural (AGERP) e mais recentemente da Secretaria de Desenvolvimento Agrário (SEDAGRO)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Realizar a regularização fundiária</li> <li>▪ Agilizar o processo de licenciamento ambiental das propriedades</li> <li>▪ Regionalizar ou municipalizar o licenciamento ambiental</li> <li>▪ Desenvolver e executar políticas públicas eficazes para otimizar e agregar valor aos produtos da agricultura familiar</li> <li>▪ Ampliar e melhorar os serviços de assistência técnica e extensão rural</li> <li>▪ Agilizar a emissão da Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ CONAB e GOVERNO DO ESTADO: Firmação de parceria para a realização de reuniões temáticas visando a implantação de programas sociais no Estado voltados para o segmento</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ GOVERNO DO ESTADO: Implantar o ZEE do Estado; Realizar parcerias, encontros temáticos, reuniões e grupos de trabalho envolvendo todos os parceiros que atuam no segmento da agricultura familiar e extrativismo visando a eliminação ou mitigação dos óbices que dificultam o desenvolvimento do segmento no Estado</li> </ul>

	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Lançamento do “ Programa Mais Alimentos Maranhão” , conjunto de medidas de governo, baseadas no macro-eixo Maranhão Produtivo</li> <li>▪ Definição de 21 cadeias produtivas, visando a implantação de Arranjos Produtivos Locais em diversas regiões e municípios do Estado</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Criar uma política específica para o babaçu</li> <li>▪ Elevar o nível de capacitação e organização dos produtores familiares</li> <li>▪ Desenvolver pesquisas voltadas para a agricultura familiar do Estado</li> <li>▪ Ampliar e melhorar a infraestrutura viária do Estado</li> <li>▪ Implementar ações voltadas para a produção de bioenergéticos</li> <li>▪ Municipalizar a assistência técnica</li> </ul>		
Micro e Pequena Empresa	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Celebração de convênio entre o SEBRAE e a Secretaria de Planejamento do Estado visando o desenvolvimento de ações voltadas ao apoio às micro e pequenas empresas que atuam no Estado, via Gestão Estratégica Orientada para Resultados (GEOR)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Melhorar a organização contábil das micro e pequenas empresas</li> <li>▪ Investir na qualificação da gestão empresarial e da mão-de-obra</li> <li>▪ Fortalecer a consciência ambiental do micro e pequeno empresário</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ GOVERNO DO ESTADO e SEBRAE: Estabelecimento de parceria para a realização de seminários e cursos destinados ao treinamento empresarial em administração, controle e qualificação</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ GOVERNO DO ESTADO e SEBRAE: Intensificar a parceria para a realização de encontros, seminários e cursos envolvendo os agentes que atuam no segmento de micro e pequena empresa</li> </ul>

		<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Expandir a oferta de emprego formal</li> <li>▪ Incentivar a cultura do associativismo e cooperativismo</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ SEBRAE e CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE (CRC): Estabelecimento de parceria para a conscientização organizacional da gestão contábil das empresas no sentido de apoiar e realizar capacitação gerencial</li> </ul>	
Turismo	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Incentivo aos Pólos Turísticos São Luís e Alcântara, Lençóis Maranhenses, Delta das Américas, Floresta dos Guarás e Chapada das Mesas</li> <li>▪ Diversidade de ecossistemas do Estado do Maranhão</li> <li>▪ Localização geográfica do Estado</li> <li>▪ Disponibilidade de portos e aeroportos</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Investir na melhoria da infraestrutura básica e turística</li> <li>▪ Investir em divulgação e marketing</li> <li>▪ Estimular o fortalecimento da cadeia turística do Estado</li> <li>▪ Promover a capacitação e a organização de todos os atores da cadeia turística do Estado</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ GOVERNO DO ESTADO: Revitalização do site do Governo do Estado para a divulgação dos roteiros culturais e turísticos do Maranhão; Realização de encontro de secretários municipais de turismo para discussão e apresentação do Plano Estratégico do Estado</li> <li>▪ BANCO DA AMAZÔNIA: Elaboração do Plano de Incentivo ao Turismo na Amazônia</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ BANCO DA AMAZÔNIA: Elaborar o Plano de Incentivo ao Turismo na Amazônia para o Exercício de 2010</li> </ul>

	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Investimentos na ampliação e internacionalização do Aeroporto de Barreirinhas</li> <li>▪ Conclusão da BR-222, que liga os Lençóis Maranhenses ao Delta do Parnaíba (PI) e à Jericoacoara (CE)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Ampliar o número de visitas de agentes e operadores de turismo ao Estado vendendo o destino Maranhão em mais cidades brasileiras e fora do País</li> <li>▪ Atrair novos projetos de empreendimentos hoteleiros para o Estado</li> <li>▪ Investir em marketing</li> <li>▪ Desenvolver campanhas e programas de proteção das áreas litorâneas</li> <li>▪ Apoiar a comercialização do produto turístico</li> <li>▪ Apoiar a realização de consultoria e elaboração do “ Plano Turístico Municipal”</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ FUNDAÇÃO SÃO LUÍS CONVENTION &amp; VISITORS BUREAU, ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE AGENTES DE VIAGENS (ABAV/MA), ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DO ESTADO DO MARANHÃO e GOVERNO DO ESTADO: Realização de campanha de marketing para divulgação dos roteiros turísticos do Estado em feiras e exposições realizadas em São Paulo, Belo Horizonte e Rio de Janeiro; Organização de seminário internacional de turismo realizado em São Luis</li> </ul>	
--	---	---	---	--

Segmento	Oportunidades para a Realização de Negócios Sustentáveis	Desafios	Ações Desenvolvidas para a Superação dos Desafios	Ações Previstas para Fortalecer o Segmento no Estado
Cultura	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Diversidade cultural do Estado</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Investir em divulgação e marketing</li> <li>▪ Estimular os grupos, movimentos e expressões artísticas existentes</li> <li>▪ Realizar oficinas de profissionalização e capacitação dos agentes do segmento cultural do Estado</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ BANCO DA AMAZÔNIA: Criação do Programa “ Amazônia Mais Cultura” ; Concessão de patrocínio aos projetos do segmento cultural; Realização do Projeto “ 5ª Cultural”</li> <li>▪ GOVERNO DO ESTADO, PREFEITURAS MUNICIPAIS e SEBRAE: Parceria para a realização de treinamentos, cursos e oficinas visando a qualificação de artesãos, empresários e produtores culturais</li> <li>▪ PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS: Realização de investimentos para a realização dos projetos “ São Luís Capital da Cultura” e “ Ano da França no Brasil”</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ BANCO DA AMAZÔNIA: Intensificar as ações no âmbito do Programa “ Amazônia Mais Cultura” ; Ampliar a concessão de patrocínios aos projetos culturais; Expandir as atividades do Projeto “ 5ª Cultural”</li> <li>▪ GOVERNO DO ESTADO e PREFEITURAS MUNICIPAIS: Investir no fortalecimento das secretarias estadual e municipais de cultura</li> </ul>

Segmento	Oportunidades para a Realização de Negócios Sustentáveis	Desafios	Ações Desenvolvidas para a Superação dos Desafios	Ações Previstas para Fortalecer o Segmento no Estado
Atividade Florestal	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Instalação de grande indústria de papel e celulose em Porto Franco (MA)</li> <li>▪ Ampliação da oferta de madeira certificada para carvoejamento das sete siderurgias existentes no Maranhão (Pólo de Açailândia)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Realizar a regularização fundiária e ambiental das propriedades</li> <li>▪ Incentivar o manejo florestal sustentável</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE; MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO; MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO; GOVERNO DO ESTADO e BANCO DA AMAZÔNIA: Participação no Mutirão Arco Verde, do Programa Terra Legal, no Município de Amarante do Maranhão</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ GOVERNO DO ESTADO: Aparentar a Secretaria Estadual do Meio Ambiente visando o fortalecimento de suas atividades</li> </ul>
Indústria	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Disponibilidade de portos, aeroportos, rodovias, ferrovias e telecomunicação</li> <li>▪ Implantação de agroindústrias, hidrelétricas, termoelétricas, refinaria e obras de infraestrutura</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Investir na qualificação da mão-de-obra</li> <li>▪ Melhorar a organização contábil das indústrias</li> <li>▪ Absorver e utilizar novas técnicas no processo produtivo industrial</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ GOVERNO DO ESTADO e FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO MARANHÃO (FIEMA): Lançamento do Plano de Desenvolvimento Industrial (PDI) 2009-2020 do Estado</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ FIEMA: Fortalecer a articulação entre as empresas industriais que atuam no Estado por meio de encontros e seminários; Prospectar mercados consumidores através de feiras e exposições</li> </ul>

	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Captação de 16 grandes projetos estruturantes, que totalizam R\$ 42 milhões, contemplando as áreas de siderurgia, refinaria de petróleo, energia termelétrica, estaleiros navais, avicultura industrial; couros e derivados</li> </ul>		<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ GOVERNO DO ESTADO: Realização de investimentos visando a ampliação da capacidade logística do Estado</li> </ul>	
Projetos Estruturantes	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Ampliação dos berços do Porto de Itaqui</li> <li>▪ Duplicação da estrada de ferro Carajás - Itaqui</li> <li>▪ Duplicação da Rodovia BR-135 até o km 126 - Município de Miranda do Norte (MA)</li> <li>▪ Construção do Terminal Graneleiro do Maranhão (TEGRAN)</li> <li>▪ Construção da 3ª ponte sobre o Rio Anil</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Buscar a captação de recursos do PAC pelo Governo do Estado</li> <li>▪ Realizar Roda de Negócios com os bancos visando o financiamento de projetos/ empreendimentos estruturantes</li> <li>▪ Dotar o Estado de energia suficiente para o seu desenvolvimento econômico e de infraestrutura adequada</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ BANCO DA AMAZÔNIA: Apoio financeiro aos projetos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)</li> <li>▪ GOVERNO DO ESTADO: Lançamento do Plano Estadual Rodoviário 2009/2010 visando a melhoria da infraestrutura viária do Estado</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ BANCO DA AMAZÔNIA: Continuar apoiando projetos no âmbito do PAC</li> <li>▪ GOVERNO DO ESTADO: Implantar obras do Plano Estadual Rodoviário 2009/2010</li> </ul>

	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Construção da Usina Hidrelétrica de Estreito e de São Luís</li> <li>▪ Construção da Refinaria de Bacabeira</li> <li>▪ Programa Habitacional “ Minha Casa, Minha Vida”</li> <li>▪ Usina Termelétrica de Miranda do Norte</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Aumentar a capacidade de estocagem e armazenamento do Estado</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ GOVERNO FEDERAL: Realização de Projetos do PAC como: construção, dragagem e recuperação de berços do Porto de Itaqui; duplicação da BR 135; construção do trecho da ferrovia norte sul ligando Açailândia (MA) a Palmas (TO); continuação das obras da UHE de Estreito; conclusão das obras da linha de transmissão São Luís II e São Luís III e conclusão das obras Rio Anil</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ GOVERNO FEDERAL: Dar início às obras da Refinaria Premium da Petrobras no Município de Bacabeira; Concluir a duplicação da BR135</li> </ul>
Agronegócio	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Disponibilidade de portos, aeroportos, rodovias e ferrovias</li> <li>▪ Melhoria no combate à Aftosa no Estado por meio de ações AGED</li> <li>▪ Potencial do Estado para a produção do biodiesel</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Construir um novo terminal de embarque de grãos visando aumentar a competitividade e a redução dos custos portuários</li> <li>▪ Realizar a regularização fundiária e ambiental das propriedades</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ GOVERNO DO ESTADO e REDE DE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA DE DEFESA AGROPECUÁRIA: Início dos trabalhos de elaboração do Zoneamento Econômico Ecológico (ZEE) do Estado</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ GOVERNO DO ESTADO: Concluir e implantar o ZEE do Estado</li> </ul>

	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Adensamento das cadeias produtivas do agronegócio do Estado, principalmente da soja e de aves</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Ampliar a capacidade de armazenagem de grãos</li> <li>▪ Desenvolver pesquisas voltadas para os produtos das cadeias do agronegócio</li> <li>▪ Ampliar e melhorar a infraestrutura viária do Estado</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ GOVERNO DO ESTADO: Criação da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Pesca (SAGRIMA) e reestruturação da AGED e AGERP com aquisição de veículos e computadores, treinamento para os técnicos e realização de concurso público para preenchimento de vagas no quadro técnico</li> </ul>	
Comércio e Serviços	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ O crescimento do setor terciário da economia do Estado</li> <li>▪ O Programa de Desenvolvimento de Fornecedores (PDF)</li> <li>▪ Potencial de consumo da população da “ Grande São Luís”</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Investir na qualificação da gestão empresarial</li> <li>▪ Melhorar a organização contábil das empresas que atuam no setor terciário da economia maranhense</li> <li>▪ Ampliar o desenvolvimento do “ Programa de Desenvolvimento de Fornecedores” (PDF)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ GOVERNO DO ESTADO: Reestruturação do Programa de Desenvolvimento de Fornecedores do Maranhão</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ GOVERNO DO ESTADO: Potencializar o mercado fornecedor através do Programa de Desenvolvimento de Fornecedores do Maranhão</li> </ul>

**Quadro III: Oportunidades de Negócios Sustentáveis nas Áreas Jurisdicionadas das Agências do Banco da Amazônia no Estado**

Agência	Oportunidades de Negócios Sustentáveis	Abrangência Territorial	Diagnóstico Situacional
Açailândia	Pecuária de Leite	Municípios de Açailândia, Cidelândia, São Pedro da Água Branca e Vila Nova dos Martírios	O Município de Açailândia tem o maior rebanho bovino do sul do Estado; assistência técnica, pesquisa e tecnologia deficientes; infraestrutura logística precária, principalmente com relação ao escoamento da produção (malha viária deficiente); mercado promissor, pois há demanda interna e externa; baixo nível de organização e capacitação dos produtores.
Alto Parnaíba	Soja e Pecuária de Corte	Municípios de Alto Parnaíba e Tasso Fragoso	Os aglomerados necessitam de melhor assistência técnica; baixa qualificação e organização dos produtores; carência de pesquisa e de conhecimento tecnológico; infraestrutura logística precária; deficiência de documentação dos imóveis rurais e na apresentação de licenciamento ambiental.
Bacabal	Pecuária de Corte e Pecuária de Leite.	Municípios de Bacabal, Altamira do Maranhão, Alto Alegre do Maranhão, Bom Lugar, Lago da Pedra, Lago Verde, Marajá do Sena, Olho D' Água das Cunhas e Paulo Ramos	Todos os municípios deste aglomerado são dotados de boa infraestrutura de logística para o escoamento e comercialização da produção; mercado potencial; construção no Município de Bacabal de um laticínio com capacidade para absorver a produção de leite da região.

Agência	Oportunidades de Negócios Sustentáveis	Abrangência Territorial	Diagnóstico Situacional
Balsas	Soja, Arroz e Milho	Municípios de Balsas, Barão de Grajaú, Feira Nova do Maranhão, Fortaleza dos Nogueiras, Itaipava do Grajaú, Loreto, Nova Colinas, Riachão, São Félix de Balsas, Sambaíba, São Raimundo das Mangabeiras, Tasso Fragoso, São Pedro dos Crentes e Sítio Novo	Infraestrutura (comunicação e transportes) necessita de melhoria/modernização; escoamento da produção ocorre por via rodoviária (para comercialização através da BR-230 e BR-006) e, no caso da soja, também por via ferroviária para o Porto de Itaqui; disponibilidade de energia elétrica; bom nível de capacitação e organização dos produtores.
Carolina	Turismo	Sul do Maranhão, extremo Sul do Pará e Norte do Tocantins	Prática do turismo de aventura e de lazer com passeios por cachoeiras, balneários, rios e serras; intenso fluxo de turistas; apoio do SEBRAE através da realização de eventos, promoção de feiras de expressão regional e nacional, palestras, estudos e disponibilização de orientação técnica com consultores da área de turismo; facilidade de acesso à região; realização de investimentos nos atrativos naturais localizados na área de abrangência do Município de Carolina

Agência	Oportunidades de Negócios Sustentáveis	Abrangência Territorial	Diagnóstico Situacional
Caxias	Ovino-Caprinocultura, Pecuária Leiteira e de Corte (cria, recria e engorda), Cana de Açúcar, Milho e Soja	<p><u>Ovino-Caprinocultura</u> Municípios de Caxias, Matões e Timon</p> <p><u>Pecuária Leiteira e de Corte (cria, recria e engorda)</u> Municípios de Caxias, Matões, Parnarama, Buriti Bravo, Lagoa do Mato, Passagem Franca e Colinas</p> <p><u>Cana de Açúcar</u> Municípios de Caxias, Coelho Neto, Duque Bacelar, Aldeias Altas e Timon</p> <p><u>Milho e Soja</u> Municípios de Caxias, Governador Eugênio Barros, Chapadinha e Anapurus</p>	<p><u>Ovino-Caprinocultura</u>: a atividade vive um bom momento; realização de freqüentes seminários e cursos de capacitação patrocinados pelo SEBRAE e sindicatos de produtores; organização de diversas feiras e exposições pelos criadores; mercado em forte expansão; apoio da assistência técnica; adoção de tecnologias modernas.</p> <p><u>Pecuária Leiteira e de Corte</u>: a pecuária leiteira da região vem sofrendo retratação de mercado nos últimos anos; existência de unidades de beneficiamento do leite nos municípios de Caxias e Timon; boa infraestrutura logística. A pecuária de corte dispõe de um rebanho muito grande e de boa qualidade; produção abastece os mercados local, regional e nacional; existência de assistência técnica e extensão rural.</p> <p><u>Cana-de-Açúcar</u>: a região tem tradição na produção de açúcar e álcool; existência de unidades produtoras de álcool; infraestrutura logística eficiente; mercado potencial e em expansão.</p> <p><u>Milho e Soja</u>: atividades se encontram em plena expansão; a cadeia produtiva do agronegócio tem impulsionado o setor terciário dos municípios da região; existência de assistência técnica e extensão rural.</p>

Agência	Oportunidades de Negócios Sustentáveis	Abrangência Territorial	Diagnóstico Situacional
Coroatá	Agricultura (soja, milho, arroz, sorgo, feijão, milho, algodão e mandioca), Cultivo de Eucalipto, Pecuária de Corte e Caprinocultura	<p><u>Agricultura (soja, milho, arroz, sorgo, feijão, milho, algodão e mandioca)</u> Municípios de Coroatá, Chapadinha, Mata Roma, Anapurus, Buriti Brejo, Santa Quitéria do Maranhão, Milagres do Maranhão, Urbano Santos, São Benedito do Rio Preto, Afonso Cunha, Magalhães de Almeida e São Bernardo</p> <p><u>Cultivo de Eucalipto</u> Municípios de Santa Quitéria, Urbano Santos, São Benedito, Mata Roma e demais municípios da região do Baixo Parnaíba</p> <p><u>Pecuária de Corte</u> Municípios de Coroatá, Codó, Santo Antônio dos Lopes, São Domingos do Maranhão e Pedreiras</p> <p><u>Caprinocultura</u> Municípios de Coroatá, Codó, Vargem Grande, Pedreiras, Timbiras e Chapadinha</p>	<p><u>Agricultura (soja, milho, arroz, sorgo, feijão, milho, algodão e mandioca)</u>: a agricultura desenvolvida nos municípios que integram a região de abrangência territorial de Coroatá tem contribuído para impulsionar a cadeia do agronegócio; mercado consumidor potencial; dispõe de assistência técnica e extensão rural.</p> <p><u>Cultivo de Eucalipto</u>: a atividade está iniciando na região, porém com grande possibilidade de expansão devido ao incentivo por parte da indústria siderúrgica; a atividade tem gerado novos investimentos e uma promissora cadeia de negócios na região, incluindo prestadores de serviços de mecanização das áreas, produtores de mudas, produtores de carvão vegetal, transportadores, entre outros.</p> <p><u>Pecuária de Corte</u>: apresenta mercado consumidor potencial (a comercialização da produção é feita nos mercados local e regional); dispõe de boa infraestrutura produtiva e de logística; existência de serviços de assistência técnica.</p> <p><u>Caprinocultura</u>: mercado consumidor potencial; tecnologia deficiente; estrutura viária carente; inexistência de frigorífico específico; carência de cursos de capacitação para fortalecer a cadeia produtiva.</p>

Agência	Oportunidades de Negócios Sustentáveis	Abrangência Territorial	Diagnóstico Situacional
Estreito	Pecuária de Corte e Grãos	Município de Estreito	Dispõe de infraestrutura de produção e assistência técnica; bom nível de organização dos produtores; mercado em expansão.
Imperatriz	Pecuária de Corte e Leite e Mandioca	Municípios de Imperatriz, Amarante, Montes Altos, Governador Edson Lobão, Buritirana, Divinópolis, João Lisboa e Senador La Roque	<p><u>Pecuária de Corte e Leite</u>: o Município de Imperatriz conta com um frigorífico com SIF (que absorve boa parte da produção), oito laticínios (três com SIF) e diversos estabelecimentos de produtos agropecuários; assistência técnica e extensão rural deficiente; boa infraestrutura logística.</p> <p><u>Mandioca</u>: dispõe de serviços de assistência técnica e extensão rural oficial prestado pela Agência Estadual de Extensão Rural e Pesquisa (AGERP); todo o resíduo da mandioca é transformado em ração animal.</p>
Santa Inês	Apicultura	Municípios de Santa Inês, Alto Turi, Boa Vista do Gurupi, Governador Nunes Freire, Junco do Maranhão, Maranhãozinho, Santa Luzia do Paruá, Nova Olinda do Maranhão e Maracaçumé	Atividade desenvolvida principalmente por agricultores familiares; conta com o apoio da assistência técnica e extensão rural através da AGERP; existência de capacitação técnica dos produtores por meio de treinamentos ministrados pelo SEBRAE; condições favoráveis de infraestrutura de produção e comercialização; mercado consumidor potencial.

Agência	Oportunidades de Negócios Sustentáveis	Abrangência Territorial	Diagnóstico Situacional
São Luís/ Guajaras	Turismo	Municípios de São Luís, São José de Ribamar, Paço do Lumiar, Raposa, Alcântara e Parque dos Lençóis (Barreirinha, Humberto Campos, Primeira Cruz e Santo Amaro)	Existência de boa infraestrutura de apoio ao turismo; intenso fluxo de turistas; capacitação e organização dos agentes que atuam na atividade turística.
Pinheiro	Piscicultura	Municípios da Costa Oceânica na Região da Baixada Maranhense	Região com grande potencial produtivo; mercado em expansão; falta de organização dos produtores; deficiência de assistência técnica; baixo nível de capacitação.

#### **4.2.3. PROJETOS DO PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO (PAC) NO ESTADO**

O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), lançado em 22 de janeiro de 2007 pelo Governo Federal, objetiva acelerar o ritmo de crescimento da economia brasileira, aumentar o emprego e a renda, diminuir as desigualdades sociais e regionais e manter a solidez dos fundamentos macroeconômicos.

O PAC consiste em um conjunto de medidas destinadas a incentivar o investimento privado e aumentar os investimentos públicos em infraestrutura, além de remover obstáculos ao crescimento econômico. Suas medidas estão organizadas em cinco blocos:

- I. Investimento em infraestrutura;
- II. Estímulo ao crédito e ao financiamento;
- III. Melhora do ambiente de investimento;
- IV. Desoneração e aperfeiçoamento do sistema tributário; e
- V. Medidas fiscais de longo prazo.

Por meio das ações do PAC, o Governo Federal pretende conciliar quatro objetivos macroeconômicos: crescimento com distribuição de renda, estabilidade monetária, equilíbrio externo e redução das desigualdades regionais.

O Quadro IV, demonstrado a seguir, apresenta o mapeamento dos projetos do PAC no Estado do Maranhão:

**Quadro IV: Mapeamento dos Projetos do PAC no Estado do Maranhão**

<b>Projeto</b>	<b>Localização</b>
Implantação da Hidrelétrica de Estreito	Município de Estreito
Implantação da Termoelétrica de Miranda do Norte	Município de Miranda do Norte
Urbanização das Margens do Rio Anil	Município de São Luís
Ampliação dos berços do Porto de Itaqui	Município de São Luís
Duplicação da BR-135 (até o km 126)	Municípios de São Luís e Miranda do Norte
Programa Habitacional “ Minha Casa Minha Gente”	Todo o Estado
Construção da Refinaria de Bacabeira	Município de Bacabeira
Construção do Terminal Graneleiro do Maranhão - TEGRAN	Município de São Luís

## 5. RECURSOS FINANCEIROS: INSTRUMENTOS ECONÔMICO-FINANCEIROS E PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

### 5.1. INSTRUMENTOS ECONÔMICO-FINANCEIROS

Para cumprir sua missão institucional de promover o desenvolvimento integrado e sustentável da Região Amazônica o Banco da Amazônia utiliza os seguintes instrumentos econômico-financeiros para aplicação no Estado:

- **Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)** – atende, através dos programas PROGER Urbano, PROGER Rural e PRONAF, exclusivamente, micro e pequenos empreendedores urbanos, profissionais liberais e mini e pequenos produtores rurais, com ênfase na agricultura de base familiar.
- **Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA)** – destina-se ao financiamento de projetos de infraestrutura de energia, telecomunicações, portos e rodovias.
- **Fundo da Marinha Mercante (FMM)** – atende à empresas brasileiras de navegação (pessoas jurídicas, constituídas segundo às leis brasileiras, com sede no País, que tenham por objeto o transporte aquaviário, próprio ou fretado, autorizadas a operar).
- **Recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)** – destinam-se às empresas e produtores rurais de mini/micro, pequeno, médio e grande portes que atuam nos segmentos da agropecuária, agroindústria, indústria, turismo, comércio e serviços, infraestrutura e exportação.
- **Recursos do Orçamento Geral da União (OGU)** – atendem, através do PRONAF, agricultores familiares da Região Amazônica, suas cooperativas e associações e pessoas jurídicas formadas exclusivamente de agricultores familiares.
- **Recursos de Sustentação Econômica** – os recursos provenientes da carteira de sustentação econômica do Banco da Amazônia atendem aos segmentos de pessoa jurídica e pessoa física no crédito de curto prazo.
- **Recursos Próprios** – destinam-se ao financiamento de atividades agropecuárias.

### 5.2. PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Para o exercício de 2010, a estimativa de recursos para alocação no Estado do Maranhão é de **R\$ 172,14 milhões**, conforme demonstração no Quadro V. Esses recursos, originários das fontes de fomento (FAT, BNDES, OGU e Recursos Próprios) e de sustentação econômica, deverão atender às necessidades de financiamento prioritárias, de acordo com a importância das atividades para a economia do Estado. Adicionalmente, também serão disponibilizados recursos do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA) e Fundo da Marinha Mercante (FMM), cujas dotações em 2010 para aplicação na Amazônia são de, respectivamente, R\$ 1 bilhão e R\$ 150 milhões.

**Quadro V: Estimativa de Recursos para Alocação no Estado em 2010**

<b>Fonte</b>	<b>R\$ Milhões</b>
<b>Recursos de Fomento</b>	<b>81,02</b>
FAT	3,30
BNDES	14,40
OGU	3,00
Recursos Próprios	60,32
<b>Recursos de Sustentação Econômica</b>	<b>91,12</b>
<b>Total</b>	<b>172,14</b>

A distribuição percentual por programas de financiamento, segmentos econômicos e porte dos empreendedores dos recursos de fomento (FAT e BNDES) é apresentada nos Quadros VI e VII, a seguir. Quanto aos recursos do OGU e Recursos Próprios, destinam-se exclusivamente para a agricultura de base familiar e as atividades agropecuárias, respectivamente.

**Quadro VI: Dotação do FAT para 2010 (R\$ 3,30 Milhões)**

<b>Segmento</b>	<b>%</b>	<b>Porte (em %)</b>		
		<b>Mini/ Micro</b>	<b>Pequeno</b>	<b>Total</b>
<b>Agricultura Familiar e Extrativismo</b>	10	100		<b>100</b>
<b>Agroindústria</b>	20	20	80	<b>100</b>
<b>Indústria</b>	20	20	80	<b>100</b>
<b>Comércio e Serviço</b>	20	40	60	<b>100</b>
<b>Turismo</b>	30	30	70	<b>100</b>
<b>Total</b>	<b>100</b>			

**Quadro VII: Dotação dos Recursos do BNDES para 2010 (R\$ 14,40 Milhões)**

Segmento	%	Porte (em %)				
		Mini/ Micro	Pequeno	Médio	Grande	Total
<b>Agropecuária</b>	30	10	10	50	30	<b>100</b>
<b>Agroindústria</b>	10	10	40	40	10	<b>100</b>
<b>Indústria</b>	10	10	30	30	30	<b>100</b>
<b>Turismo</b>	10	20	20	40	20	<b>100</b>
<b>Comércio e Serviço</b>	10	30	30	20	20	<b>100</b>
<b>Infraestrutura</b>	20	20	20	30	30	<b>100</b>
<b>Exportação</b>	10	10	10	40	40	<b>100</b>
<b>Total</b>	<b>100</b>					

## 6. RESULTADOS ESPERADOS: RESULTADOS QUALITATIVOS E QUANTITATIVOS

### 6.1. RESULTADOS QUALITATIVOS

#### *6.1.1. PARA A ECONOMIA DO ESTADO:*

- Agregação de valor à produção estadual;
- Elevação do Produto Interno Bruto do Estado;
- Ampliação da base produtiva e da arrecadação fiscal;
- Ampliação da infraestrutura econômica e social;
- Aumento da oportunidade de emprego, de ocupação de mão-de-obra e da massa salarial;
- Promoção da inclusão social de populações de baixa renda;
- Redução do êxodo rural pelo estímulo à permanência do homem no campo;
- Criação de oportunidade para a introdução de novas tecnologias capazes de superar as deficiências no setor produtivo;
- Contribuição para a geração e o aumento de excedentes exportáveis;
- Estímulo à internalização de renda a partir do fortalecimento das cadeias produtivas, através de estímulos às agroindústrias e indústrias estaduais;
- Fortalecimento dos arranjos produtivos locais;
- Minimização das desigualdades internas através de incentivo à formação de novos pólos econômicos no interior;
- Melhoria do abastecimento interno de produtos básicos;
- Promoção da auto-sustentabilidade dos empreendimentos econômicos estaduais; e
- Estímulo ao aproveitamento econômico dos recursos naturais.

### **6.1.2. PARA OS BENEFICIÁRIOS:**

- Satisfação na habilitação, concessão e gestão do crédito;
- Crescimento dos seus negócios;
- Conscientização da importância do seu empreendimento para o desenvolvimento local e regional;
- Elevação da renda real do empreendedor/produtor;
- Melhoria da qualidade de vida do empreendedor/produtor, de seus familiares e empregados; e
- Criação de oportunidades de trabalho para os membros das famílias dos mini e pequenos produtores.

### **6.1.3. PARA OS CONSUMIDORES:**

- Expansão da oferta de produtos diversificados para o consumo local;
- Maximização da renda dos consumidores, como reflexo da redução dos preços relativos dos produtos agrícolas e industriais; e
- Melhoria do padrão alimentar da população.

### **6.1.4. PARA O MEIO AMBIENTE:**

- Conservação e/ou preservação do patrimônio natural, através da indução e do estímulo ao uso de melhores práticas produtivas que promovam o desenvolvimento da Região em bases mais sustentáveis;
- Reabilitação de áreas alteradas, ou em vias de degradação, mediante a adoção de tecnologias apropriadas; e
- Contenção do avanço do desmatamento desordenado.

### **6.1.5. PARA O BANCO DA AMAZÔNIA:**

- Execução das Políticas, Planos e Programas do Governo Federal para o desenvolvimento da Região;
- Consolidação e fortalecimento de parcerias com objetivos convergentes e comprometidos com o desenvolvimento regional sustentável; e
- Fortalecimento Institucional e reconhecimento como agente financeiro fomentador do desenvolvimento sustentável da Amazônia para que a Região atinja patamares inéditos de sustentabilidade a partir do empreendedorismo consciente.

## 6.2. RESULTADOS QUANTITATIVOS

Com base na estimativa de recursos a serem alocados no Estado em 2010, projeta-se, entre outros resultados, a criação de novas oportunidades de trabalho, o incremento do valor bruto da produção estadual, a diminuição do êxodo rural, a minimização das desigualdades intra e inter-regionais, a inclusão social, a redução da pobreza, o aumento do PIB estadual, a ampliação da arrecadação tributária e o financiamento de **8.273** beneficiários/projetos, conforme demonstrado no Quadro IX:

**Quadro IX: Estimativa de Beneficiários/Projetos a serem Financiados no Estado em 2010**

<b>Fonte</b>	<b>Recursos a Alocar (R\$ Milhões)</b>	<b>Beneficiários/ Projetos a Financiar (Unidade)</b>
<b>Recursos de Fomento</b>	<b>81,02</b>	<b>2.628</b>
FAT	3,30	55
BNDES	14,40	77
OGU	3,00	1.853
Recursos Próprios	60,32	643
<b>Recursos de Sustentação Econômica</b>	<b>91,12</b>	<b>5.645</b>
<b>Total</b>	<b>172,14</b>	<b>8.273</b>

# ANEXOS

## ANEXO I

### INSTITUIÇÕES PARTICIPANTES DO ENCONTRO ESTADUAL DE PLANEJAMENTO PARA A APLICAÇÃO DOS RECURSOS PARA 2010

1. Agência Estadual de Defesa Agropecuária do Maranhão (AGED)
2. Agência Estadual de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural do Maranhão (AGERP)
3. Associação Brasileira das Agências de Viagem (ABAV/MA)
4. Banco da Amazônia
5. Clube de Engenharia
6. Empresa Maranhense de Administração Portuária (EMAPA)
7. Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Maranhão (FAEMA)
8. Federação das Indústrias do Estado do Maranhão (FIEMA)
9. Federação do Comércio do Estado do Maranhão (FECOMÉRCIO)
10. Federação dos Municípios do Estado do Maranhão (FAMEM)
11. Fórum Nacional da Sociedade Civil nos Comitês de Bacias Hidrográficas (FONASC/CBH)
12. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA)
13. J.J. Motter & Cia Ltda.
14. Ministério da Pesca e Aquicultura
15. Prefeitura Municipal de Santo Amaro
16. Prefeitura Municipal de São Luís
17. Secretarias de Estado de Agricultura, Pecuária e Pesca (SAGRIMA)
18. Secretaria de Estado de Indústria e Comércio (SINC)
19. Secretaria de Estado de Turismo (SETUR)
20. Serviço de Apoio à Micro e Pequena Empresa (SEBRAE)
21. Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
22. Serviço Social da Indústria (SESI)
23. Serviço Social do Comércio (SESC)
24. Superintendência Federal de Agricultura (SFA/MA)